



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

02
f

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (28.09.2015), às 09h00min, no Fórum da Comarca de Acará, onde se encontravam presentes a Excelentíssima Doutora DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BURHNHEIM, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor WILSON DE SOUZA CORRÊA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Acará, os Senhores MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO, JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA, Assessores Jurídicos da CJCI, PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL, Analista Judiciária da CJCI e CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO, Auxiliar Judiciário da CJCI, deu-se por instalada Correição Geral Ordinária na Comarca de Acará, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu Marco Antônio Pedrosa (Marco Antônio Pedrosa), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.

DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BURHNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

WILSON DE SOUZA CORRÊA
Juiz de Direito Titular do Fórum da Comarca de Acará

Jackeline Stephany Vilhena Maia
Assessora Jurídica

Marco Antônio Pedrosa de Araújo
Assessor Jurídico

Paola Watrin Pimenta Menescal
Analista Jurídica

Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
Auxiliar Judiciário

NO. PROCESSO: 2015.7.004013-4
SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
Data Cadastro: 24/11/2015
CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA



Partes:
ENVOLVIDO - COMARCA DE ACARA
REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTICA DAS COMARCAS DO INTERIOR



82
9

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Acará

EDITAL Nº 002/2015

PERÍODO: 28/09 a 01/10/2015

Juíza Corregedora: DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

1.2 COMPETÊNCIA: VARA ÚNICA

1.3 MAGISTRADO (A): WILSON DE SOUZA CORREA

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: JUIZ TITULAR

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 10.04.2010 ATÉ A PRESENTE DATA

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO: Rua Deodoro da Fonseca, nº 1930, Centro Acará/PA

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prédio próprio do TJ/PA

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

Relacionar e descrever: 09 salas, sendo: 01 Defensoria Pública, 01 Ministério Público, 01 distribuição e protocolo, 01 secretaria judiciária, 01 sala de audiências, 01 gabinete do magistrado, 01 sala do Júri, 01 sala de arquivo, 01 sala de guarda.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

(x) Boas () Regulares () Ruins

Justificar: O imóvel passou por recente reforma de manutenção (sem ampliação)

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

(x) Boas () Regulares () Ruins

Justificar:

2.6 MOBILIÁRIO:

(x) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

2.7 SEGURANÇA:

() Boa (x) Regular () Ruim

Justificar: Dispõe de sistema de segurança eletrônica (alarme). Não dispõe de Guarda judiciário. Não dispõe de segurança privada. Não dispõe de policiamento militar.

Dew



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa (X) Regular () Ruim Justificar: Imóvel não dispõe de rampa de acesso para portadores de necessidades especiais.		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa (x) Regular () Ruim Justificar: Imóvel é utilizado pelo Magistrado e necessita de reforma.		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: TITULAR - WILSON DE SOUZA CORREA - 10.04.2010 até atual data		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO: Dr. Adelino Arraes Gomes da Silva - última substituição ocorrida no período de férias do Magistrado titular (10.08.2015 À 08.09.2015)		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: FÉRIAS DIA 10.08.2015 À 08.09.2015		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, Juiz Eleitoral da 94ª Zona Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Sim. Cumprimento de metas. Participação na semana da conciliação, semana do júri e mutirão carcerário.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Não foram identificadas.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 WILSON DE SOUZA CORREA	10.04.2010	ATUAL
02 ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA	10.08.2015	08.09.2015
03 DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO	01.10.2013	30.10.2013
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: NENHUM SERVIDOR LOTADO NO GABINETE		
4.2 SECRETARIA: Nome: CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA (Matrícula nº 108235) Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO - Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 3148, publicada em 04/09/2012 Ato de lotação: Portaria nº 3148/2012-GP, publicada no DJe em 04/09/2012 Nome: ERIVALDO VALENTE QUEIROZ (Matrícula nº 48860) Cargo: DIRETOR DE SECRETARIA DE 1ª ENTRÂNCIA (antigo quadro) Ato de nomeação: Portaria nº 0589/2005-GP, publicada no DJe em 27/04/2005 Ato de lotação: Portaria nº 0589/2005-GP, publicada no DJe em 27/04/2005 Nome: ANA CRISTINA RAMOS DE CARVALHO DA SILVA (Matrícula nº 126683) Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO Ato de nomeação: Portaria nº 4908/2013-GP, publicada em 02/02/2013		

[Handwritten signature]



83
p

Ato de lotação: Portaria nº 4908/2013-GP, publicada em 02/02/2013

*Servidora desempenha as atividades de protocolo e distribuição.

Nome: LARISSA TEIXEIRA CARNEIRO
Cargo: estagiário NÍVEL MÉDIO (CIEE)

Nome: REGINALDO COSTA BRANGANÇA
Cargo: estagiário NÍVEL MÉDIO (CIEE)

Nome: JUSCELINO COSTA DA SILVA (Matrícula nº 643-2)
Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA
Ato de nomeação: Portaria nº 01/87-GP, publicada em 13/11/1987
Ato de lotação: Portaria nº 01/87-GP, publicada em 13/11/1987

Nome: LUIZA AMÉLIA GARCIA RIBEIRO (Matrícula nº 109703)
Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA
Ato de nomeação: Portaria nº 3843/2012-GP
Ato de lotação: Portaria nº 3843/2012-GP

Nome: ANA MARIA FADUL DE SOUZA (Matrícula nº 100595)
Cargo: CHEFE DA UNAJ
Ato de nomeação: Portaria nº 0832/2012-GP, publicada em 09/03/2012
Ato de lotação: Portaria nº 0832/2012-GP, publicada em 09/03/2012

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
DIEGO LIBARDI RODRIGUES – DE 01.07.2015 ATÉ A PRESENTE DATA

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
FRANCISCO JOSE PINHO VIEIRA – A PARTIR DE 01.06.2015 ATÉ A PRESENTE DATA

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: SUBSTITUTO

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? SIM – COMARCA DE MOSQUEIRO e MARITUBA

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS: SIM

6.1.1 FROTA:
01 CARRO FIESTA E 02 MOTOS

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Tendo em vista as condições geográficas e topográficas da região do município de Acará, faz-se necessário um veículo com tração 4x4 tipo caminhonete.



6.2 INFORMÁTICA: 08 COMPUTADORES E 01 NOTEBOOK
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Internet lenta e constantemente inoperante, com diversas oscilações e com perda de sinal, o que prejudica as atividades diárias da secretaria.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 32 PONTOS, que atendem a necessidade do Fórum.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: SISTEMA LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): <u>1acara@tjpa.jus.br</u> O responsável por verificar é o Diretor de Secretaria, Carlos Vieira, e servidor Erivaldo Queiroz. É verificado diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Os processos são acondicionados em caixas identificadas com o ato processual a ser cumprido.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Sempre é feita a tramitação interna e externa nos processos.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar: Todos os servidores e estagiários possuem senha própria de acesso ao LIBRA.
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA. ATUALIZAÇÃO NOVO CPC. SIGA-DOC.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: Observações CJCI: o Juiz fixa a data da audiência e a secretaria mantém os controles dos autos acondicionando os mesmos em pastas separadas por mês de realização. As caixas possuem etiqueta indicativa do mês e da data da audiência marcada. Estão sendo cumpridas as diligências dos processos que aguardam audiência do dia 19 a 29 de outubro. A verificação da devolução dos mandados, cartas precatórias e demais intimações, é feita um dia antes da audiência. A pauta de audiência está para Dezembro de 2015.

[Handwritten signature]



84
P

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (X) Não

Justificar: Há processos aguardando decurso de prazo para a certificação do trânsito em julgado e outros pendentes de cumprimento de diligências para ser procedido o arquivamento. Há 52 processos nesta situação.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Diariamente. A secretaria utiliza a ferramenta do sistema Libra que extrai a resenha por períodos.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA:

TOTAL GERAL 2013: 5.937

Sentença: 968

Despacho: 3.513

Decisão interlocutória: 311

Audiências: Marcadas: 313 / Realizadas: 816 / Remarcadas: 02 / Não realizadas: 00 / Total: 1.131

Tribunal do Júri: Marcados: 04 / Realizados: 07 / Remarcados: 01 / Não realizados: 02 / Total: 14

TOTAL GERAL 2014: 6.018

Sentença: 902

Despacho: 3.782

Decisão interlocutória: 244

Audiências: Marcadas: 317 / Realizadas: 755 / Remarcadas: 01 / Não realizadas: 03 /

Tribunal do Júri: Marcados: 09 / Realizados: 05 / Remarcados: 00 / Não realizados: 00

TOTAL GERAL 2015 (até 25/09): 3.276

Sentença: 342

Despacho: 2.504

Decisão interlocutória: 57

Audiências: Marcadas: 208 / Realizadas: 159 / Remarcadas: 01 / Não realizadas: 02

Tribunal do Júri: Marcados: 03 / Realizados: 00 / Remarcados: 00 / Não realizados: 00

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA

QUANTIDADE

CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	46
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	02
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	48
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	07
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	00
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	1.059
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	300
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	45
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	43

Qury
5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	88
EXECUÇÃO PENAL	06
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	464
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRAACIONAL	39
SITUAÇÃO DE RISCO	04
TUTELA	21
GUARDA	30
ADOÇÃO	12
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	00
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	38
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	10
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	00
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	
FEITOS COM TRAMITAÇÃO EXTERNA	398
CONTAGEM FÍSICA + TRAMITAÇÃO EXTERNA	2.412
ACERVO LIBRA	2.705

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1.149	623
2013	1.358	968
2014	1.073	902
2015 (até 27/09)	670	342

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar: RÉUS PRESOS FITA VERMELHA. DEMAIS PRIORIDADES FITA VERDE. PROCESSOS DAS METAS DUAS FITAS VERMELHAS.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (1) INICIAIS;
- (2) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (3) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (1) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;
- (6) IDOSO;
- (4) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (5) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

85
0

(1) ALVARÁ DE SOLTURA;
 (3) POR ORDEM CRONOLÓGICA
 (2) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
 (4) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
	Observações CJCI: Não há interceptações cadastradas nos anos de 2013 a 2015, conforme informação da Seção de Registro das Atividades Judiciais desta CJCI.	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

(x) Sim () Não
 Justificar: Há apenas registro, o controle está sendo implementado.

Observações CJCI: Há 09 procedimentos desta natureza relacionados à Comarca de Acará (PAD nº 2009.7.005735-1; PAD nº 2013.7.003811-5; Sindicância nº 2013.7.004006-1; PIP nº 2013.7.004161-3; PAD nº 2014.7.001695-4; Sindicância nº 2014.7.000370-3; PIP nº 2014.7.000294-5; Sindicância nº 2014.7.000370-3; Sindicância nº 2014.7.001640-9).

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

DCW
7



<p>CUMPRIDA Acervo da meta: 1.512 Alvo: 1.210 Julgados até 2014: 1.168 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 50 Total de Julgados: 1.218 Pendentes: 294, dos quais 131 são processos cíveis Porcentagem de cumprimento: 80,56% META CUMPRIDA</p>
<p>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim.</p>
<p>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Acervo da meta: 39 Alvo: 39 Julgados até 2014: 30 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 00 Total de Julgados: 30 Pendentes: 09**** Porcentagem de cumprimento: 76,92% Necessidade de julgamento para atingir a meta: 09 META NÃO CUMPRIDA</p> <p>*dados extraídos do Portal das Metas do TJE/PA.</p>
<p>10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Na distribuição, há 68 iniciais pendentes de autuação e registro com pedido liminar/antecipação de tutela formulado nos autos. Não há iniciais em secretaria. No gabinete não há liminar pendente de apreciação.</p>
<p>11. INDICADORES CRIMINAIS</p>
<p>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): SIM Acervo da meta: 1.512 Alvo: 1.210 Julgados até 2014: 1.168 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 50 Total de Julgados: 1.218 Pendentes: 294, dos quais 156 são processos criminais Porcentagem de cumprimento: 80,56% META CUMPRIDA</p>
<p>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: A secretaria não tem controle dos processos de réu presos condenados após a expedição de guia de execução, que, geralmente, é cumprida no centro de recuperação regional de Tomé-açu, mas depende da disponibilidade de vagas informada pela SUSIPE.</p>
<p>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 28 (vinte e oito) *Relatório em anexo</p>
<p>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</p>

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

<p>() Sim (X) Não</p> <p>Justificar: A identificação do cumprimento na Meta resta prejudicado uma vez que a secretaria não possui controle dos processos de réu presos condenados após a expedição de guia de execução, que, geralmente, é cumprida no centro de recuperação regional de Tomé-açu.</p>
<p>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar:</p>
<p>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar: Relatório de análise processual em anexo.</p>
<p>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): A secretaria não mantém controle dos processos cuja denúncia tivesse sido recebida até 31/12/2009. O sistema Libra fornece tão somente a informação dos processos distribuídos e julgados por ano. Nesse sentido, foi possível extrair os seguintes dados:</p> <p>Total de processos distribuídos até 31/12/2009: 51, dos quais 35 já foram julgados. Grau de cumprimento: 68,62%</p> <p>Meta não cumprida.</p> <p>Pendentes de julgamento: 16</p>
<p>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</p> <p>2013: 07 2014: 05 2015: Não houve até o momento.</p>
<p>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</p>
<p>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 00 (zero)</p>
<p>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00 (zero)</p>
<p>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00 (zero)</p>
<p>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</p> <p>() Sim (X) Não</p> <p>Justificar: O fluxo de internação de adolescente é baixo e quando é decretada a internação provisória, os processos são acompanhados diariamente.</p>
<p>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 00 (zero)</p>
<p>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</p> <p>() Sim (X) Não</p> <p>Justificar: As medidas são executadas e fiscalizadas pelos órgãos municipais, como Conselho Tutelar e</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

CREAS, os quais enviam os relatórios do cumprimento das medidas, que são juntados aos processos e remetidos ao Ministério Público.
12.5 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não há, os adolescentes são encaminhados para cumprir a MSE de internação em Belém.
12.6 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado.
12.7 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, o Conselho Tutelar e o CREAS.
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar: Após o trânsito em julgado, é expedido o mandado de prisão e a guia de execução, os quais são remetidos ao Juízo da Execução. Observações CJCI: Na análise por amostragem das petições pendentes de juntada, foi localizado Ofício datado de 20/06/2013, emitido pelo Juízo da Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém, solicitando o envio da guia de execução e demais documentos pendentes (processo de Acará nº 0000053-88.2009.8.14.0076 e processo de Belém nº 0020279-87.2014.8.14.0401).
13.2 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (X) Não Justificar: Não existe execução penal na Comarca e, portanto, não é realizado este procedimento.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? (x) Sim () Não Justificar: Pedido de liberdade provisória protocolado em 07/07/2015 (Processo nº 0017197-45.2015.8.14.0076), pendente de juntada aos autos. Observações CJCI: No período da correição, a equipe correicional solicitou a designação de servidor para proceder a juntada da petição e respectiva remessa dos autos à secretaria.
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (X) Sim () Não Justificar: Periodicamente a secretaria verifica e certifica o cumprimento. Observações CJCI: A secretaria não sabe precisar quantos condenados estão nesta condição. Existem 03 pastas de frequência, mas que não estão divididas por situação e sim por ordem alfabética. De forma que a frequência dos que estão cumprindo prisão domiciliar, permanecem junto dos que estão em liberdade provisória.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não há. A carceragem da Delegacia da Comarca está interdita desde 2009 e os presos são encaminhados para diversas Comarcas, dependendo a disponibilidade de vaga informada pela SUSIPE.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Sim, a carceragem da Delegacia da Comarca.

[Handwritten signature]



82
P

13.5 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Não é realizada, tendo em vista que está interdita.
13.6 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não.
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 38 (trinta e oito)
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 10 (dez)
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: Cíveis: 08 Criminal: 38 Observações CJCI: Tal número é uma estimativa e foi alcançado através de verificação da data das cartas precatórias recentemente expedidas. Para precisar exatamente quantas cartas precatórias estão pendentes de resposta, teria que realizar uma busca em toda a secretaria para identificá-los. Somente no ano de 2015, foram expedidas 85 cartas precatórias criminais e 34 cíveis.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Controla-se apenas a quantidade de cartas precatórias expedidas ao ano. A secretaria mantém pastas com as cartas precatórias expedidas ao ano (cópia do ofício) e arquivam os documentos anualmente. Os processos que aguardam devolução de carta precatória permanecem acondicionados em caixas próprias, separados por cível e criminal, ou se aguardam audiência, permanecem na caixa de "aguardando audiência", conforme o mês pautado. A cobrança é feita esporadicamente, conforme a exigência do juiz ou cobrança das partes. Quando este é o Juízo Deprecante, através de ofício remetido por e-mail. Quando este é o Deprecado, através de notificação verbal ao oficial de justiça. Observações CJCI: Apesar de separar os processos que aguardam devolução de Carta Precatória, a secretaria não sabe precisar exatamente quantas estão pendentes de resposta, tendo em vista que alguns autos estão com vista ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Logo, não há um controle eficaz acerca da devolução das cartas precatórias.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 15 (quinze), que estão em na distribuição pendente de cadastro e autuação.
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 14 (quatorze)
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 93 (noventa e três)
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: Com pedido liminar: 68, das quais 57 prioridades como ações de alimentos, guarda, investigação de paternidade, tutela/curatela. Sem pedido liminar: 83, das quais 34 prioridades como execução de alimentos, homologação de acordo

Deu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

extrajudicial de alimentos. TCO'S: 17 Ação Penal: 01 Inquéritos: 15 Total: 184 (cento e oitenta e quatro).		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Na secretaria não há iniciais pendentes conclusão. Na distribuição há 184 iniciais pendentes de autuação e registro.		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: Na distribuição há 184 iniciais pendentes de autuação e registro. No gabinete e na secretaria não há iniciais.		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 389 (trezentos e oitenta e nove) Observações CJCI: Existem petições pendentes de juntada do ano de 2012, a maioria delas somente com o carimbo de recebimento. Na análise das petições pendentes de juntada, foi identificada petição referente de ação de alimento (Processo nº 0000674-66.2008.8.14.0076, protocolada em 20/02/2015). Em consulta ao site do TJPA, não se verificou registro de protocolo no sistema Libra após a data da correição; Foi localizado também, documento contendo resultado de avaliação de medida socioeducativa (Processo nº 0000274-92.2011.8.14.0076, protocolada em 19/10/2012); ofício expedido pela Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém, solicitando a remessa da Guia de Execução (Processo nº 0000053-88.2009.8.14.0076 e em Belém Processo nº 0020279-87.2014.8.14.0401, protocolado em 20/06/2013). Na análise processual por amostragem, foi identificado que as petições não estão sendo juntadas na ordem cronológica dos protocolos.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 389 (trezentos e oitenta e nove), que são as pendentes de juntada.		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 37 (trinta e sete)		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 427 (quatrocentos e vinte e sete). Observações CJCI: No libra constam 851 processos paralisados há mais de 100 dias.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 148 (cento e quarenta e oito)		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00 (zero).		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00 (zero) Observações CJCI: No libra constam 13 processos conclusos há mais de 100 dias.		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 37 (trinta e sete)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
JUSCELINO COSTA DA SILVA	10	02/09/2015



LUIZA AMÉLIA GARCIA RIBEIRO	09	21/08/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: É mantido um livro de protocolo com todos os mandados expedidos e entregues ao Oficial de Justiça. A cobrança é feita esporadicamente conforme o questionamento das partes interessadas. Os Oficiais são diligentes e dificilmente demoram na devolução dos mandados. Observações CJCI: No sistema Libra não consta nenhum mandado distribuído para os Oficiais. Não há Oficial de Justiça cadastrado no sistema, a distribuição é feita manualmente sem registro no sistema. A relação dos mandados em aberto segue em anexo e foi fornecida pelos próprios Oficiais de Justiça, pois a secretaria não possui tal controle. No período da Correição, a secretaria foi orientada a realizar a solicitação do cadastro à informática do TJPA, diligência esta devidamente realizada e atendida pelo chamado nº 76829. Alguns mandados são expedidos com três dias para cumprimento, porém os Oficiais não se negam a cumprir no prazo exíguo.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	128	27/02/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	133	02/06/2015
17.7.3 ADVOGADO	30	19/10/2012
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: A secretaria mantém uma pasta com os protocolos de tramitação extraída do sistema libra, devidamente assinado pela parte que realizou a carga, o qual é utilizado como comprovante de entrega de autos. A cobrança é feita esporadicamente, conforme questionamento das partes interessadas, através de publicação no DJe e expedição de ofício. Recentemente foi publicado Ato Ordinatório, expedido ofício e feita ligação ao advogado, cobrando a devolução do processo com a carga mais antiga.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (X) Não Justificar: Observações CJCI: Nem todos os bens e armas estão cadastrados nos sistemas. Foram identificadas armas acondicionadas na sala de guarda do tribunal do júri, não sabendo o diretor de secretaria informar se as mesmas estão devidamente cadastradas.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: São armazenados na sala de guarda do Júri.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar: * Observações CJCI: Há alguns objetos pendentes de registro no sistema, conseqüentemente, estes também não estão registrados nos autos. Foi solicitada a relação destes objetos com o respectivo número de processo.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: 127 (cento e vinte e sete) - Relação em anexo. Alguns destes objetos já foram recolhidos, mas não foi procedida a baixa do sistema em razão da carência de servidores, assim como, há alguns objetos pendentes de registro no sistema.

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

Sim Não

Justificar: Foi solicitado no início do ano. A última vez em que houve o recolhimento de armas foi em 30/05/2014, conforme documento em anexo. As armas e munições dos processos de competência do Tribunal do Júri permanecem na Unidade Judicial.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

Sim Não

Justificar:

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim Não

Justificar: As quantias em dinheiro depositadas na Unidade Judicial são aquelas decorrentes de tráfico de drogas e de outros crimes. As subcontas não foram abertas em decorrência do acúmulo de serviços.

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Justificar: Assim que há depósito as partes realizam o levantamento. Segue em anexo relatório sintético.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim Não

ANA MARIA FADUL

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

Sim Não

Justificar:

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

A secretaria da Vara única da Comarca de Acará possui um déficit no quadro de servidores do TJ, pois atualmente a comarca possui 01 analista judiciário, sendo Diretor de Secretaria, 01 auxiliar que digita as audiências, 01 auxiliar que realiza distribuição, protocolo, atendimento ao público e dois estagiários



89
0

nível médio que realizam atendimento ao público, postagem e juntadas.
A comarca de Acará é de médio porte e possui um acervo de aproximadamente 2.500 processos, sendo necessária a designação de dois analistas judiciários e quatro auxiliares judiciários.
Há constantes quedas de energias e oscilações na conexão da internet que impossibilita o regular desenvolvimento das atividades forense.
Há necessidade de ampliação do Fórum, para construção de salas para os Oficiais de Justiça, sala da UNAJ, sala da OAB, sala de depósitos, banheiros privativos para funcionários, garagem para os veículos oficiais e ampliação da secretaria judiciária e do arquivo.
Reforma completa do sistema elétrico que está sobrecarregado com a chegada de novos equipamentos.
Reforma no sistema de água e esgoto, pois quando chove a água entra no Fórum, que está abaixo do nível da rua.
Trocas dos aparelhos de ar condicionados, que possui compressor furado, tendo em vista que provocam barulho e possui a eficiência comprometida, não resfriando as salas.
Remoção dos bens apreendidos: carro, motos, bicicletas, facas, e outros.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

- I – Reforma e ampliação do prédio do Fórum, pois falta sala para os oficiais, chefe da UNAJ. A secretaria judicial apresenta espaço limitado, precisando de ampliação, como também reforma no sistema de esgoto, hidráulico, elétrica, não são compatíveis com as necessidades atuais.
- II – A instalação de dispositivo interno e externo para reforçar a segurança interna, tais como, circuito interno de tv, porta com detector de metais, cerca elétrica, vigilância armada, etc.
- III – Designação de servidores concursados para composição do quadro de lotação.

22. CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA:

A comarca de Acará pertence ao 2º Polo Judiciário e possui um acervo de 2705 processos, segundo dados extraídos do Libra. Merecem ser feitas as seguintes considerações.

1. Em relação a estrutura física do Fórum, apesar de ter passado por reforma recente, não está adequada às necessidades dos trabalhos desenvolvidos: não dispõe de sala para os Oficiais de Justiça, sala da UNAJ, sala da OAB, sala de depósitos, banheiros privativos para funcionários, garagem para os veículos oficiais, rampa de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção, além de ser necessária, ainda, a ampliação da secretaria e do arquivo. O Fórum também precisa de reforma nas suas estruturas elétricas e hidráulicas e sistema de esgoto, conforme exposto pelo Diretor de Secretaria. Do mesmo modo, a residência oficial, que é ocupada pelo Magistrado, necessita de reforma.
Providência: Oficiar a Secretaria de Administração e ao Setor de Engenharia e Manutenção a fim de verificar a possibilidade de inclusão das reformas/ampliações/adaptações necessárias nas próximas programação de reformas.
2. Identificou-se que o Fórum carece de segurança, visto que conta, apenas, com sistema de vigilância eletrônica (item 2.7), não dispondo de Guardas Judiciários.
Providência: Oficiar a Secretaria de Administração solicitando que seja avaliada a possibilidade de aprimoramento da segurança do prédio.
3. O quadro de servidores é deficitário. A Comarca possui quadro funcional que se mostra insuficiente para o atendimento da diversidade de matérias que se encontram sob a competência da Vara, bem como da demanda de processos da Serventia. Não há servidores no gabinete para auxiliar o Magistrado e a secretaria funciona apenas com dois servidores além de dois estagiários de nível médio. Uma terceira servidora está lotada no Setor de Distribuição



e Protocolo, além de acumular outras atividades da secretaria, tais como: atendimento a advogados, juntada de petições, distribuição e recebimento de mandados.

Há necessidade de capacitação e qualificação de servidores objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial, bem como nomeação de Analistas Judiciário para composição do quadro efetivo.

Providência: 1 - Oficiar a Presidência e a Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores (analistas e auxiliares) para composição do quadro efetivo. 2 - Oficiar a Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado curso, sob a modalidade "à distância", de atualização no novo CPC, gestão de secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

4. A demanda processual da comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação em uso (LIBRA). A falha ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a agilidade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados, conforme descrito no item 6.2.1.

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para avaliar a possibilidade de saneamento do problema acima identificado.

5. O número de processos aferidos na contagem física é de 2412. Entretanto, existe uma discreta discrepância com o sistema Libra que indica um total de 2705 (item 8.2). É fundamental que o sistema processual represente com a maior precisão possível o quantitativo dos processos físicos. Isso significa segurança para as partes e usuários, além de facilitar as atividades rotineiras da Secretaria.

Providência: Determinar que a Secretaria proceda imediatamente a identificação dos processos que não se encontram cadastrados no sistema, verificando as eventuais inconsistências e efetuando as necessárias correções e que identifique e promova a respectiva baixa no sistema dos processos que já se encontram arquivados e que podem estar gerando a diferença no quantitativo de processos físicos e cadastrados no sistema, devendo informar a este Órgão Correicional, no prazo de 60 (sessenta) dias, quais as providências adotadas para sanar a irregularidade apontada.

6. Identificou-se que a unidade judicial não alimenta alguns sistemas do Conselho Nacional de Justiça, conforme item 9.4.

Providência: Recomendar a Diretora de Secretaria e ao Magistrado que procedam mensalmente à alimentação dos sistemas do CNJ, vez que são ferramentas de controle e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela unidade. Para eventuais dúvidas, entrar em contato com o servidor desta CJCI, Sr. Jacivaldo Amaral, pelo telefone (91) 3205-3523 e pelo e-mail jacivaldo.amaral@tjpa.jus.br.

7. A Corregedoria de Justiça parabeniza a unidade pelo cumprimento da Meta 2/CNJ. Entretanto, identifica-se que as Metas 1 e 6 do CNJ e 4 do ENASP, se encontram pendentes de cumprimento.

Providência: Recomendar a Magistrada titular da Vara que envide esforços para cumprimento das metas nacionais do CNJ.

8. No setor de distribuição e protocolo, existem 184 iniciais pendentes de autuação e registro, sendo que 68 com pedido liminar/antecipação de tutela formulado nos autos.

Providência: Determinar que a Servidora responsável pela distribuição e protocolo promova o imediato registro das iniciais pendentes e a remessa das mesmas à Secretaria para que sejam encaminhadas à apreciação do Magistrado, ficando assinado o prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento dessa determinação. Deverá, ainda, a servidora promover o protocolo de todas as petições intermediárias através do sistema LIBRA, a fim de que vinculadas aos respectivos processos. Referido registro deverá ser efetuado no momento em que a petição for apresentada para protocolo.



90
p

9. Foram encontrados diversos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias pendentes de instrução na Comarca.

Providência: Determinar que o Juiz Diretor do Fórum, a quem foram delegados poderes para presidir os procedimentos, diligencie no sentido de proceder a instrução dos referidos procedimentos e devolvê-los a CJCI para apreciação, em razão do exíguo prazo que é concedido por lei para sua finalização.

10. Sobre a Secretaria:

10.1 Verificou-se que, com relação aos processos de réus presos, a Secretaria confecciona planilha manual para controle dos prazos processuais, entretanto, não insere essas informações no sistema Libra. Não possui controle efetivo dos processos de réus presos condenados, provisórios e os que cumprem prisão domiciliar.

Providência: Embora a Secretaria realize o controle dos processos de réus presos através de planilha manual, determina-se que todos os presos provisórios sejam cadastrados no sistema LIBRA, a fim de que seja efetuado o rigoroso controle processual. Deverá, ainda, promover o registro e controle de processos de presos condenados e daqueles que cumprem prisão domiciliar, devendo informar a esse Órgão Correicional no prazo de 30 (trinta) dias quais as providências adotadas para cumprimento da presente determinação.

10.2 Foram identificadas 389 petições interlocutórias pendentes de juntada.

Providência: Determinar que a Secretaria promova a juntada e a conclusão de todas as petições intermediárias que se encontram pendentes de juntada e de conclusão, ficando assinado o prazo de 60 (sessenta) dias para tal providência.

10.3 Em Secretaria, foram localizados pela equipe de correição, 427 processos paralisados há mais de 100 dias aguardando cumprimento do despacho/sentença.

Providência: Determinar que Secretaria envie os esforços necessários a fim de que promova o cumprimento de todos os atos judiciais que se encontram pendentes, devendo informar a este Órgão Correicional, no prazo de 60 (sessenta) dias quais as providências adotadas para tal finalidade.

10.4 Verificou-se que a distribuição de mandados aos Oficiais de Justiça é feita manualmente e não há controle, em Secretaria, da quantidade de mandados distribuídos e qual o oficial de justiça encarregado de cumpri-lo.

Providência: Determinar que a Secretaria promova a distribuição e protocolo de entrega de mandados pelo Libra, devendo, ainda, manter controle sobre os mandados expedidos e com prazo de devolução extrapolado, devendo, para tanto, passar a utilizar a ferramenta de notificações de prazos já disponível no sistema Libra.

10.5 A Secretaria não possui controle efetivo de Cartas Precatórias recebidas e expedidas. O controle efetivo se faz necessário em razão dos prazos estabelecidos para cumprimento das deprecatas (item 14).

Providência: Determinar que a Secretaria passe efetuar controle, se possível através da ferramenta de controle de prazos, das cartas precatórias recebidas e expedidas, elaborando, inclusive, relatório mensal com dados acerca das cartas precatórias.

10.6 A Secretaria não vem adotando um controle efetivo dos processos com carga para MP, Defensoria Pública e advogados.

Providência: Determinar que a Secretaria promova cobrança dos processos com carga (MP, DP e Advogados) que se encontram com prazo extrapolado, devendo, ainda, adotar regular metodologia de controle de prazo e de cobrança dos mandados/processos. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de ferramenta disponível no sistema LIBRA para controle/alerta de prazos, o que facilita a cobrança periódica dos processos que se

17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

encontram com “carga em aberto”.

- 10.7 Não há registro no sistema dos bens apreendidos, de modo que a Diretora de Secretaria não tem controle efetivo sobre os mesmos.

Providência: Determinar que o Diretor de Secretaria promova a contagem, identificação e cadastro de todos os bens apreendidos, tanto no sistema Libra quanto nos sistemas do CNJ, ficando assinado o prazo de 90 (noventa) dias para que seja promovido o cadastro de todos os bens que se encontram na unidade judicial na condição de “apreendidos”. No mesmo sentido, deve entrar em contato com o Setor de Armas, Objetos e Bens Apreendidos, por meio do Sr. Carlos Augusto Vieira (tel: 91-32052416), para fazer o recolhimento dos referidos objetos.

- 10.8 Foi verificado que existem depósitos efetuados cujos valores não se encontram depositados em subcontas judiciais (item 19.1).

Providência: Determinar que a Secretaria promova a imediata abertura de subconta judicial, através do sistema SDJ (Sistema de Depósitos Judiciais) para depósito dos referidos valores. Após, deverá o Sr. Diretor de Secretaria informar a esse Órgão Correicional, no prazo de 30 (trinta) dias, o número dos processos e os respectivos números das subcontas e valores que foram depositados, a fim de comprovar o cumprimento da presente determinação.

- 10.9 Identifica-se, através de relatórios gerenciais do sistema LIBRA a existência de processos sentenciados e não arquivados e processos arquivados e com apensos em outra situação.

Providência: A Secretaria deverá promover a avaliação e a depuração dos referidos relatórios junto ao sistema Libra, a fim de que seja promovido o devido arquivamento de todos os processos arquivados fisicamente cuja tramitação (arquivo) não tenha atualizada no sistema. Importante destacar que a correta alimentação do sistema LIBRA repercute no cumprimento das Metas do CNJ, Produtividade e Taxas de Congestionamento da unidade judicial.

11. A Delegacia da Comarca de Acará encontra-se interditada desde 2009.

Providência: Oficiar a Superintendência do Sistema do Sistema Penitenciário e a Secretaria de Segurança Pública, a fim de verificar a viabilidade de reforma da Delegacia de Acará.

DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

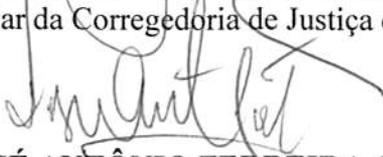


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

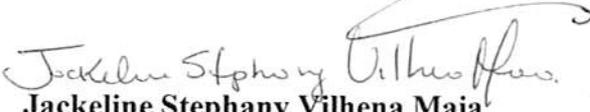
ATA DE ENCERRAMENTO

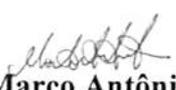
Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (29.09.2015), às 18h00min, no Fórum da Comarca de Acará, onde se encontravam presentes a Excelentíssima Doutora **DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BURHNHEIM**, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE**, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor **WILSON DE SOUZA CORRÊA**, Juiz de Direito Titular da Comarca de Acará, os Senhores **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO**, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, Assessores Jurídicos da CJCI, **PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL**, Analista Judiciária da CJCI e **CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO**, Auxiliar Judiciário da CJCI, deu-se por encerrada a Correição Geral Ordinária na referida Comarca, o que, para constar, Eu Marco Antônio Pedrosa (Marco Antônio Pedrosa), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.

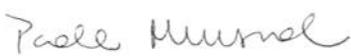

DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BURHNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

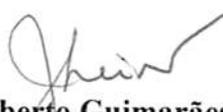

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


WILSON DE SOUZA CORRÊA
Juiz de Direito Titular do Fórum da Comarca de Acará


Jackeline Stephany Vilhena Maia
Assessora Jurídica


Marco Antônio Pedrosa de Araújo
Assessor Jurídico


Paola Watrin Pimenta Menescal
Analista Jurídica


Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
Auxiliar Judiciário

81
P